

# Teses

defendidas no Programa de  
Pós-graduação em Geografia/  
UFMG no 2º semestre de 2017

## “Os Limites da Renda como Indicador de Bem Estar Social e Desigualdade nos Municípios Brasileiros”

Rodrigo Nunes Ferreira

*Orientador: Prof. Ralfo Ed-  
mundo da Silva Matos*

Esse trabalho tem por objetivo identificar e explorar medidas que permitam avaliar a evolução do bem-estar social nos municípios brasileiros nas duas últimas décadas, para além das métricas associadas ao crescimento da renda. Na abordagem empírica, desenvolvida nos três artigos que compõe a Tese, utiliza-se diversas fontes de dados secundários, sendo a principal delas os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, apresentados de forma agregada segundo duas perspectivas: da divisão do Brasil em grandes regiões e da agregação dos municípios em categorias de porte populacional. A primeira parte da Tese é composta por uma revisão conceitual, que sintetiza elementos da bibliografia sobre três grandes temas: mensuração do bem-estar social, desenvolvimento e desigualdade e a relação entre meio ambiente e bem-estar social. O segundo bloco apresenta os três artigos que compõe a Tese. O Artigo 1 avalia a evolução do bem-estar social nos municípios brasileiros nas décadas de 1990 e 2000, a partir da combinação de três dimensões básicas: renda, desigualdade e infraestrutura. Os resultados apresentados mostram que, apesar do expressivo crescimento da renda e da melhoria das condições de acesso adequado aos serviços de saneamento na década de 2000, em um grande número de municípios nas regiões norte e nordeste, principalmente entre os pequenos municípios, a ampliação da renda disponível para as famílias não foi acompanhada da ampliação da infraestrutura de serviços públicos, e nem foi capaz de induzir a queda da desigualdade. O Artigo 2 desenvolve uma metodologia baseada em indicadores que possibilita avaliar o nível de bem-estar social nos municípios brasileiros, na perspectiva da qualidade ambiental. A exploração de diversas bases de dados de abrangência nacional, com disponibilidade de informações detalhadas em nível municipal, permitiu a construção do Índice de Qualidade Ambiental Municipal - IQAM. A experiência de construção do IQAM e os resultados apresentados, mostram o quanto é importante ampliar o leque de informações disponíveis para se avaliar o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros, visando aprimorar os instrumentos de monitoramento dos resultados sociais dos investimentos públicos realizados no nível local. Por fim, o Artigo 3 apresenta uma análise sobre os limites da avaliação do progresso social baseada exclusivamente na mensuração do aumento da renda per capita. A partir de uma abordagem territorializada da evolução da estrutura sócio-ocupacional na década de 2000, o artigo dialoga com a perspectiva de abordagem da nova classe média a partir do padrão de rendimento das famílias. Os dados apresentados apontam uma inegável concentração dos ganhos reais dos rendimentos do trabalho na década de 2000 nas categorias da base da pirâmide social, e evidenciam que o crescimento da renda ao longo da década de 2000 não esteve associado a mudanças no padrão de mobilidade social em vigor no Brasil desde a década de 1960.

O bem estar social é um tema amplamente discutido diante das muitas bibliografias e perspectivas de aplicação de dados, tratamento estatístico, produção de índices e possibilidades de representação espacial dos fenômenos. Dessa maneira, o acesso aos serviços de saneamento e suas implicações no ambiente; os atendimentos médicos e as ocorrências epidemiológicas amplamente observadas/registradas pela saúde pública; além das possibilidades de inserção dos indivíduos nos sistemas de amparo e necessidades básicas individuais ou coletivas de uma população, abrangem as principais perspectivas de se caracterizar a qualidade de vida humana. Surge nesse contexto o conceito de Salubridade, que incorpora estas dimensões e possibilita uma análise conjugada. Ao passo que na contemporaneidade é explícita a apropriação dos elementos naturais enquanto recursos e a tomada de decisões quanto à sua destinação é incipiente, torna-se procedente a discussão sobre a condição de higidez em diferentes escalas: tanto no âmbito nacional quanto em bacias hidrográficas, onde se concentram os principais mananciais de abastecimento, muitas vezes concomitantes e concorrentes às manchas de ocupação. Nesta pesquisa há hipótese de que uma metodologia construída a partir de profunda discussão teórica e baseada em técnicas estatísticas multivariadas para a conjugação de diferentes indicadores possa sintetizar a Salubridade Ambiental: um conceito que possui relação direta com fatores geodemográficos. O tratamento de dados em microunidades territoriais e a sintetização do resultado na forma de mapeamento, confirmam a tese de que o indicador obtido é compatível com as observações *in loco*, comprovando a aplicabilidade dos métodos e abrindo frente para um debate enriquecedor do ponto de vista do planejamento integrado.

# Dissertações

defendidas no Programa  
de Pós-graduação em  
Geografia/UFMG no  
2º semestre de 2017

“O Retiro em Meio ao Parque Nacional da Serra do Cipó: lugar, normas, resistências, flexibilizações”

Leonardo Vasconcelos  
de Souza

As áreas protegidas foram consolidadas como uma das principais estratégias políticas de proteção ambiental adotadas mundo afora. Contudo, sua adoção e implantação têm causado conflitos com dinâmicas socioespaciais dos lugares onde elas são postas e impostas. Por meio de minhas experiências com unidades de conservação brasileiras, minhas inquietações sobre como normas ambientais podem interferir na configuração desses lugares foram aumentando. Para compreender essa situação, debruço-me nesta dissertação sobre o Retiro, lugar onde foi criado o Parque Nacional da Serra do Cipó. Minhas experiências mais específicas na região do Retiro foram orientadas por metodologias de investigação qualitativa, como entre-vistas com moradores e usuários do lugar, gestores ambientais e promotores públicos. Também lancei mão da observação participante para compreender parte da convivência com a região de retireiros e gestores ambientais. Observei que existem múltiplas dimensões intercaladas no lugar, como processos de urbanização e atividades turísticas. Entretanto, debruçar-me-ei aqui sobre a imposição de normas ambientais destacadas durante minhas experiências como interferências mais diretas no lugar. Concluí que, de certa forma, o regulamento do parque nacional e a conduta de sua equipe gestora são flexíveis e asseguram usos e ocupações dos retireiros. Entretanto, algumas restrições diretas e sutis ainda são enfrentadas pelas famílias do lugar e, frente a elas, essas pessoas adotam formas variadas de resistência. O lugar Retiro, portanto, não é reconfigurado apenas pela imposição de normas ambientais, mas também pela resistência dos retireiros e flexibilização dos gestores ambientais quanto a essas normas. Aponto então a necessidade de que instrumentos de gestão de unidades de conservação, como os termos de compromissos, sejam melhor discutidos para se chegar a um denominador comum favorável a ambas as partes.

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doralice  
Barros Pereira*

Os solos compõem parte importante do ciclo hidrológico, seja através do armazenamento da água, seja através da condução do seu fluxo. Por outro lado, o entendimento do comportamento da água em diferentes tipos de solo depende da caracterização de parâmetros hidráulicos de difícil obtenção. A caracterização físico-hídrica, ao trabalhar com uma variedade de métodos de análise, possibilita dimensionar a matriz porosa do solo. O conhecimento dos parâmetros físico-hídricos é fundamental na elaboração de projetos de irrigação e drenagem, na produção de modelos de balanço-hídrico e no entendimento dos processos de pedogênese, lixiviação e nutrição das plantas. Os solos da bacia do Córrego Marinheiro foram escolhidos em função da presença de focos de degradação do solo, com potenciais impactos para os recursos hídricos o que, aliado às pressões ambientais oriundas da urbanização e de práticas agropecuárias no entorno da bacia, trazem grandes preocupações para a conservação desses recursos. Este trabalho teve como objetivo a caracterização de parâmetros físico-hídricos de diferentes classes de solos representativas da bacia hidrográfica do Córrego Marinheiro, em Sete Lagoas -MG. Para tal, mediu-se a condutividade hidráulica saturada ( $K_0$ ) e a capacidade de água disponível às plantas (CAD). Curvas de retenção de água no solo foram modeladas para 10 classes de solos nas profundidades de amostragem: 20 cm e 50 cm. Além disso, parâmetros físicos do solo foram caracterizados e analisados estatisticamente no intuito de aplicar, elaborar e ajustar funções de pedotransferência capazes de estimar  $K_0$  e CAD. Para determinação de  $K_0$ , foram realizados ensaios de infiltração com permeâmetro de Guelph, mediante aplicação de duas cargas hidráulicas sequenciais 5 cm e 10 cm de altura de carga. Para determinação das curvas de retenção, foram coletadas amostras indeformadas com anéis volumétricos de 5 x 5 cm, para determinação dos maiores potenciais na mesa de tensão (-1, -2, -4, -6, -10, -33 e -66 kPa) e coletadas amostras deformadas para determinação dos menores potenciais através de análise de tensão no extrator de Richards (-500 e -1500 kPa) e no psicrômetro WP4C. Os maiores valores de  $K_0$  estimados foram observados para as classes LV e CH. Os maiores valores de CAD foram observados nas classes PVA, CY, CX e NV. Alguns modelos propostos para CAD apresentaram boa capacidade preditiva, diferentemente das FPTs elaboradas para predição da  $K_0$ .

Compreender a essência da praia, espaço à beira-mar, é o mote dessa pesquisa. Como razão de ser, também é guia de ações e movimentações do fazer. A vivência da praia, em suas diversas presentificações, impulsionou tanto as indagações quanto às respostas colhidas. Parto da vivência perceptiva da praia para desbravar seus aspectos sensoriais e o corpo que a experiencia. Adentro as infinitudes das vivências de trabalho e do sagrado, experiências próprias de interação com o espaço. A praia se revela, para um indagar cujo solo é geográfico, por meio das suas essências espaciais. A praia enquanto lugar encontro na possibilidade de abrigo da areia, frente aos auspícios do mar, mas também no acolhimento à exposição do corpo desnudo, pele historiada e vulnerável. Contudo, a mesma interação que faz da praia lugar apresenta a doação primeira como praia paisagem. A praia é apreciada em suas nuances sensíveis, por isso mesmo se despe o corpo e o permite ser ainda mais exposto. No revelar da paisagem-praia ao corpo desnudo se permite a possibilidade da praia-lugar. As interações de trabalho tornam mais densa a praia-lugar, em rotinas, conhecimento e marcas corporais da exposição constante, adentrando na intimidade do mundo que se revela em sua imensidão cotidiana. As intimidades do corpo e do mundo se revelam na praia habitada. Conhecer a praia em seus aspectos rotineiros, saber seus humores, a profundidade das suas águas, seus sabores e seus perigos, é reconhecer a sua vida. A praia viva é deslumbramento, substrato de devaneios, margem para saltos do sublime ao sagrado, reverências. É sintonia com o sentimento-paisagem. A vivência da praia nas suas diferentes formas de presentificação revelou a transgressão do mar, que invade as terras interiores e permite às pessoas sonhar praia em conjunto. A intersubjetividade dos sonhos que aspiram água salgada faz praia no urbano seco e expõe um novo sentido para o lugar: sem sua paisagem original, a praia subsiste nos corpos que a experienciam. Para os habitantes das terras interiores, a praia também se presentifica no impulso à viagem. Da intimidade da praia que existe apenas no corpo que a sonha em conforto abstrato, a viagem permite o desvelar da praia imensa, paisagem sensível. É da essência da praia a abertura ao céu, assim como a presença das águas que oscilam. As águas que a compõem trazem encantos próprios nas suas formas sensíveis que se desdobram. Nascente, sulco, córrego, rio, cachoeira, foz, praia. A possibilidade de fazer praia está contida na água, que envolve mas limita, abarca mas expulsa. A praia se presentifica também nos cantos dos rios que correm água para o mar. Na vivência específica desse correr, é notável também as perversões de água, que se torna esgoto, dejetos, lama, trazendo suas impossibilidades à beira-mar. Onde não se pode adentrar mar, existe praia? A praia prejudicial ao corpo vivo, suas águas, sabores, odores e areias contaminados repelem o corpo exposto e aproveitam de sua vulnerabilidade. A paisagem sensível fere e repele, mas não por sua própria essência de risco e mistério. A praia é, então, mercadoria, valorizada pela possibilidade de uso e desfrute que gera lucro. Ou desvalorizada pela sua exaustão e degradação quando não serve para outro uso. A praia mercadoria não admite as mesmas interações que expressam a praia paisagem ou lugar, antes a negam. Lugar e paisagem de vivências inúmeras, a praia e o corpo se desvelam em interação. O desfrute desse espaço à beira-mar não é inofensivo, nem tampouco se limita a uma comercialização turística. A geografia, na busca por compreender as interações humanas que constituem o mundo e vice-versa, deve atentar para o que o corpo exposto à praia revela. Do sensível ao sublime, perpassando o sagrado

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Letícia Carolina Teixeira Pádua*

e formas tradicionais de vida à beira-mar, a praia aspira conexões com mistérios profundos no nível tangível da pele envolta pela água salgada.



Na compreensão da paisagem torna-se importante relaciona-la aos fatores históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos, principalmente, no caso das cidades, onde há sobreposição de necessidades e interesses. À vista disto, tornam-se importantes a experiência e a percepção do homem sobre o meio no qual está inserido. Desta forma este estudo teve como objetivo compreender a percepção dos moradores da Comunidade dos Arturos sobre a paisagem urbana e o seu lugar, bem como os fatores de topofilia e topofobia que repercutem atualmente em seus cotidianos na vida urbana. O estudo com a Comunidade dos Arturos parte do princípio, que estes representam um laço marcante com o lugar, indicando topofilia, além de se constituir como uma resistência e reflexo da cultura negra no país. Em termos metodológicos utilizou-se de: pesquisa bibliográfica e documental; coleta e análise de dados sobre o município, a RMBH e a Comunidade dos Arturos; aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, bem como a realização de entrevistas valendo-se da técnica de História Temática (direcionada aos moradores da Comunidade dos Arturos); observações de campo e registros iconográficos; organização e sistematização dos dados para a elaboração de mapas, gráficos, quadros e outros. Quanto à relação da comunidade com a cidade, baseou-se em algumas experiências que os acometem, que são: tempo de deslocamento nos espaços urbanos, violência e o contato com as paisagens das áreas centrais. Na história dos Arturos é possível perceber que eles são um exemplo do quão importante é estabelecer laços: com o lugar, com seus antepassados, com sua terra, com suas tradições, com suas lutas e resistências, enfim, eles são família e ao mesmo tempo são cidadãos em busca de condições adequadas de vida. Para tanto, os resultados da pesquisa mostraram que: i) a todo o momento que se retrata a organização e características dos Arturos o caráter intergeracional é invocado; ii) a história de crescimento da cidade se entrecruza com a de constituição da comunidade; iii) o sítio, a vizinhança, a cidade e o solo da própria casa são parte da sua identidade; iv) os moradores da Comunidade dos Arturos são indivíduos em um habitar demorado, de modo que, frisa a condição deles como estabelecidos; v) a religiosidade é um elemento muito importante na relação com o lugar e vi) embora, da vivência em comunidade eleve o sentimento de proteção, ainda há situações e áreas que colocam o indivíduo como vulnerável, dando indicativos de topofobias. Contudo, as experiências dos Arturos são entre o entroncamento do modo de vida insider e outsider, que os colocam entre o estilo de vida interiorano e as novas temporalidades e espacialidades que a cidade lhes colocam, tais como: as novas formas de relações interpessoais; as (i)mobilidades dos meios de transporte urbanos; a constante transformação dos espaços e das paisagens; a sensação de estranhamento do outro e da cidade; o medo da violência e, sobretudo, a resistência em preservar as suas tradições, fé e valores.

## “Mobilidade Sazonal da População na Cafeicultura: análise socioespacial do fluxo de trabalhadores no município Carmo do Rio Claro/MG”

Haroldo Junior Martins  
Cardoso

*Orientador: Prof. Carlos  
Fernando Ferreira Lobo*

A produção de café é a atividade agrícola mais expressiva na mesorregião Sul/Sudeste de Minas, constituindo-se base econômica de muitos municípios. As disparidades produzidas pelo processo de modernização agrícola e cristalização do complexo agroindustrial do café refletiram sobre a demanda por mão de obra, especialmente nas áreas onde a mecanização da colheita não foi consolidada e ainda prevalece agricultura familiar. Hodiernamente a mobilidade, portanto, tem sido uma alternativa recorrente para supressão desta necessidade. Fato que exalta a relevância do trabalho sazonal, associado à abordagem da mobilidade espacial de populações na dinâmica produtiva da agricultura. Apesar de existir uma série de estudos que tratam dos deslocamentos internos no Brasil, sobretudo no que tange as migrações como expressão consolidada da mobilidade espacial, poucos trabalhos tratam da temporalidade sazonal dos fluxos para trabalhar na colheita do café. Diante dessa lacuna, este trabalho teve por objetivo analisar os volumes e as principais características dos fluxos de mobilidade sazonal para a colheita do café no município de Carmo do Rio Claro/MG. A análise envolveu as escalas macro e micro, que, respectivamente, correspondem aos aspectos estruturais (macroeconômicos) e subjetivos (nível dos sujeitos) caracterizando os movimentos populacionais no espaço. No nível macro foram utilizados dados secundários, referentes às condições econômicas e sociais do município de Carmo de Rio Claro, com propósito de compreender o papel da cafeicultura na região Sul de Minas Gerais e na atração de mão de obra externa. O nível micro teve por finalidade traçar o perfil dos migrantes envolvidos no processo e investigar as motivações, os engajamentos e as perspectivas destes sujeitos em relação ao empreendimento na mobilidade. A contemplação da análise neste nível deu-se por meio da coleta de dados primários, extraídos da aplicação de questionário semiestruturado em uma amostra de sessenta trabalhadores sazonais, que trabalhavam temporariamente no distrito de Vilelândia, pertencente ao município de Carmo do Rio Claro-MG, durante o período da colheita do café (que vai de maio até agosto). Os resultados apontam que a constituição do complexo agroindustrial do café modificou abruptamente a estrutura produtiva regional. Sabese que este processo não ocorre de maneira homogênea, sobretudo no contexto da agricultura familiar que cultiva o café em vertentes íngremes, o que dificulta ainda mais a mecanização. Ao mesmo tempo em que o complexo eleva a produtividade na cafeicultura, também torna mais onerosa a produção, inclusive pela necessidade constante de implementação de maquinários e insumos. A maior parte dos trabalhadores sazonais corresponde a jovens trabalhadores rurais e agricultores familiares provenientes do município de Santaluz/BA, cuja inserção se deu por meio de uma complexa rede social envolvida na captação e organização da força de trabalho. De modo geral, esses trabalhadores buscam na mobilidade uma forma de obter trabalho e renda para garantir o sustento familiar, bem como, para contemplar algum objetivo pessoal.

## “A Geografia Escolar: referencial para interpretação do vivido?”

Viviane Cristina de  
Paula

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Valéria de  
Oliveira Roque Ascenção*

Este trabalho teve como objetivo obter indicativos acerca das práticas de ensino do professor de Geografia que permeiam experiências vividas no cotidiano dos alunos. O interesse pela investigação se deu a partir da experiência profissional, desta pesquisadora, em uma Unidade de Conservação (UC) - Parque Estadual do Biribiri (PEBI), localizado no município de Diamantina, na qual, tinha a função de desenvolver atividades de Educação Ambiental nas escolas localizadas no entorno desta UC. Contudo, durante sua experiência, a pesquisadora percebeu que o professor, em especial de Geografia, via de regra, no quando da abordagem do conteúdo da disciplina, apresentava um distanciamento em tratar a escala local na abordagem dos conceitos geográficos, os quais eram trabalhados, na maioria das vezes, na escala global. Levando em consideração que abordagens do ensino em Geografia no âmbito escolar, assentadas nos debates acadêmicos e em políticas educacionais elaboradas ao longo das últimas duas décadas, têm afirmado a necessária adesão a práticas pedagógicas que permitam aos alunos a interpretação da espacialidade dos mais diversos fenômenos. E que para isso, considera-se necessário que o professor de Geografia exerça uma prática docente que ultrapasse o modelo pedagógico transmissivo, para o de mediador e gerador de reflexões que beneficiem aos alunos a apreensão de questões referentes ao seu contexto vivenciado. Assumiu-se fundamental investigar como os professores de Geografia se apropriam (ou não) do referencial escolar do local em suas ações educativas. Apoiado nessas ideias buscou-se, através do perene diálogo com a literatura especializada, do desenvolvimento da observação direta da prática pedagógica e da realização de entrevista, inferir dados referentes ao discurso da professora, sujeito da pesquisa, com a finalidade emergir se o os processos interativos decorrentes em sala de aula permitiram aproximar os conteúdos e teorias da Geografia ao cotidiano dos alunos. Além disso, a investigação documental (livro didático e plano de ensino) permitiu identificar se suas metodologias de ensino estabeleciam relações com a abordagem do contexto vivido/local dos alunos. Os dados revelaram que, embora a professora, sujeito da pesquisa, tenha utilizado referenciais do vivido muitas vezes os discursos e métodos utilizados em aula não trataram as temáticas socioambientais de forma abrangente. Os processos e conceitos deslocaram no sentido de restringir-se em atividades pontuais, fragmentadas e desconectadas da realidade, restringindo possibilidades de interações e relações entre o conteúdo e o espaço de vivência pelos alunos.

As abordagens principais desta pesquisa procuram entrelaçar as relações entre cursos d’água e cidades na modernidade sob o prisma de ideologias que reverberam na elaboração das leis, nas relações sociais e na produção do espaço. No trabalho, é proposta a investigação de funções/contradições relacionadas à presença e uso da água na produção do espaço urbano, por meio da análise do processo de ocupação da Microbacia do Córrego Olhos d’Água, afluente da Bacia da Pampulha-BH. Essa microbacia é um exemplo das contradições sociais e ambientais que se conjugam nos processos de ocupação e valorização dos espaços urbanos, evidenciando os embates entre o capital, o Estado e as pessoas em seu cotidiano. Analisar o processo de produção do espaço urbano dessa microbacia, no tempo, permitiu a observação da produção desigual do espaço diante das impossibilidades econômicas de acesso a terra pela população mais pobre e das contradições na (con)vivência com o córrego Olhos D’Água, que marca a grafia do lugar. Na construção da pesquisa, o arcabouço conceitual e metodológico utilizado teve como base a literatura sobre a temática abordada ideologia, modernidade e produção do espaço; a legislação brasileira que incide sobre a gestão das águas; e as leis que regem o uso e ocupação do solo na área de estudo, bem como um breve histórico da ocupação da microbacia, dividida entre duas regionais belorizontinas: Pampulha e Venda Nova. Ambas regionais possuem perfis distintos de ocupação, saneamento, acesso viário e loteamentos, são direcionados também a populações pertencentes a distintas classes sociais. Buscamos, por meio de entrevistas com pessoas viventes do local, coletar dados de modo a nos proporcionar material empírico calcado no cotidiano e na vivência/experimentação desse lugar e de suas contradições, tendo por foco, as relações estabelecidas com o córrego Olhos D’Água. Para amparar as análises da pesquisa, foram utilizadas algumas ferramentas de geoprocessamento que proporcionaram a apresentação da área de estudo em representações cartográficas, assim como outros mapas e imagens que compuseram o trabalho.

## ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro de 2017 vol. 15 - nº 2 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 14 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 13 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No documento *Notas do Editor*, de autoria de Carlos Henrique Jardim, publicado na revista Geografias v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *A contribuição da técnica dos quantis na identificação de extremos de chuva e de uma metodologia para detectar situações de desastre natural no semiárido cearense*, de autoria de Jander Barbosa Monteiro, Maria Elisa Zanella, Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Democracia Deliberativa e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: desafios à construção de processos de governança democrática territorial*, de autoria de Altair Sancho Pivoto dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Aplicabilidade da ferramenta Kobotollbox para validação de mapeamento de classificação de cobertura e uso da terra*, de autoria de Patrícia Tinoco Santos, Márcio Rodrigues Silva, Alécio Perini Martins, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Sertão à vista: os planos e os trilhos cearenses no Segundo Reinado*, de autoria de Igor Carlos Feitosa Alencar, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Abordagens teóricas de métodos regionais na perspectiva da dialética a totalidade socioespacial e a lei da interpenetração dos contrários*, de autoria de Raquel Augusta Melilo Carrieri, Valéria Roque, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Licenciamento ambiental de atividades minerárias em Minas Gerais estruturação e processos decisórios na Câmara de Atividades Minerárias*, de autoria de Giovanna Soares Ramanery, Antônio Pereira Magalhães Júnior, Guilherme Eduardo Macedo Cota, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Possibilidade de mapeamento das atividades comerciais e de serviços a partir do uso do CNEFE/CNAE Ituiutaba - MG*, de autoria de Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho - 31 de Dezembro de 2017. Vol.15, nº 2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”